

Diploma: [DL 20/90](#), de 13 de Janeiro

Artigo:

Assunto: Igreja católica - restituição de IVA

Processo: R119 2006111 com despacho concordante do Subdirector-Geral dos Impostos, e Director-Geral dos Impostos, em 09/06/2006.

Conteúdo:

1. A exponente é uma Instituição Oficial da Igreja Católica Portuguesa, canonicamente erecta e canónico e da Concordata.
2. Uma das suas acções/orientações é a assistência em situações de dependência ou emergência promovendo o exercício da caridade.
3. Através de campanha pública que lançou, com o objectivo de recuperação das casas após incêndios de 2003, 2004 e 2005, os apoios foram concedidos através de X que identifica e acompanha o processo até à entrega das casas às famílias titulares.
4. Tendo suportado IVA nestas operações vem solicitar que lhe seja reconhecido o direito ao mesmo.
5. O Decreto-Lei nº 20/90, de 13 de Janeiro prevê, através do seu artº 1º alínea b) o seguinte:

"Artigo 1º - O Serviço de Administração do IVA procederá à restituição do imposto sobre o correspondente às aquisições e importações efectuadas por instituições da Igreja Católica - Sacerdotado, dioceses, seminários e outros centros de formação destinados única e exclusivamente à preparação de sacerdotes e religiosos, fábricas da igreja, ordens, congregações e instituições missionárias, bem como associações de fiéis, relativas a:

a)

b) Bens e serviços respeitantes à construção, manutenção e conservação de imóveis destinados ao culto, à habitação e formação de sacerdotes e religiosos, ao apostolado e ao exercício da caridade... facturas ou documentos equivalentes de valor não inferior a 200 000\$00, com exclusão do IVA.

6. Conforme resulta do texto legal transcrito, a possibilidade de restituir o imposto suportado depende, em primeiro lugar, do facto de o edifício em causa se destinar, "exclusivamente ao culto, à habitação e formação de sacerdotes e religiosos, ao apostolado e ao exercício da caridade..." sendo certa a exclusividade inerente a estes requisitos deverá verificar-se na íntegra.

7. É pacífico afirmar que os serviços prestados pela exponente, de restauro e reconstrução de edifícios se desenvolvem no âmbito de um conjunto de actividades que radicam no facto de ser uma Instituição da Igreja Católica, com uma vocação social, e a razão da sua existência, aliás, o nome indica, ser, entre outras, a caridade.

8. Deverá, no entanto, atender-se ao facto de estarmos perante imóveis pertença de particulares. Um dos requisitos necessários para que opere esta isenção é que os imóveis em questão destinem-se exclusivamente ao culto, à habitação e formação de sacerdotes e religiosos, ao apostolado e ao exercício da caridade, sendo que aqui não se inclui os imóveis alvo de caridade, mas aqueles através dos quais se manifesta e realiza. Ou seja para serem alvo da isenção deveriam estes imóveis estar no imóvel e utilizados, exclusivamente, por esta entidade nos seus fins estatutários.

9. Assim, e concluindo, não é aplicável, na situação controvertida, o benefício de isenção/resposta suportado no âmbito das reconstruções em causa, ao abrigo do atrás citado Decreto-Lei nº 20/90, de 13 de Janeiro, estarmos perante uma exclusiva afectação do imóvel aos fins previstos na alínea b), do nº 1 do diploma legal.